

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 ANÁLISE

29 DE NOVEMBRO DE 2024



5 PONTOS CHAVE SOBRE O OE2025

UM ORÇAMENTO DE ESTADO QUE REFLECTE A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA

A fragmentação partidária tem vindo a ganhar destaque em diversos países europeus, refletindo um descontentamento crescente com os partidos tradicionais. Em Portugal, a emergência do “tripartidismo” nas eleições de março de 2024 afirma uma mudança, apesar da relativa estabilidade do sistema partidário. Este novo cenário político evidenciou-se nas negociações do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), que foram marcadas por uma dinâmica mais complexa e multipolarizada.

MESES DE MUITA NEGOCIAÇÃO

Ainda antes de ser submetido ao Parlamento a 10 de outubro, o OE2025 foi alvo de intensas negociações entre o governo e as diversas forças políticas, tendo a versão final do documento sido entregue sem que o governo e o maior partido da oposição (o PS) chegassem a acordo. O mês de novembro ficou marcado pela tentativa de alcançar consensos em diversas áreas, refletidos no número recorde de propostas de alteração apresentadas pelos partidos à Lei do OE2025: um total de 2161 propostas foram votadas.

UM ORÇAMENTO APROVADO, MAS REDEFINIDO PELO PARLAMENTO

O OE2025 aprovado pelo Parlamento a 29 de novembro apresenta diferenças significativas em relação à proposta inicial. Sem surpresas, dadas as dinâmicas de equilíbrio no Parlamento, “coligações negativas” resultaram na aprovação de várias medidas à revelia do governo. Face às novas iniciativas aprovadas, destaca-se um aumento considerável na despesa para o próximo ano, estimado em pelo menos 300 milhões de euros.

AS MEDIDAS MAIS EMBLEMÁTICAS APROVADAS

De forma geral, a versão final aprovada do OE2025 concilia medidas para atrair investimento, aumentar a proteção social, e melhorar as condições de vida dos jovens. Uma das medidas emblemáticas deste Orçamento, que impediu o acordo com o PS, foi a descida do IRC. No entanto, graças à abstenção do Chega e do PS, a descida do imposto proposta pelo governo – de 21% para 20% – vai concretizar-se em 2025. Na proteção social, a grande alteração é para os pensionistas, que verão um aumento adicional de 1,25 pontos percentuais além da atualização prevista na lei, fruto da proposta do PS, aprovada com os votos do Chega e contra a vontade do governo. Este é também um orçamento que inclui várias medidas para os jovens, nomeadamente o novo modelo de IRS Jovem que entra em vigor a 1 de janeiro de 2025. Esta era uma das bandeiras do programa do governo, que no desenho inicialmente apresentado na proposta de Orçamento já tinha ido ao encontro do PS. No final, o IRS Jovem foi alargado dos atuais cinco para 10 anos, abrangendo todos os trabalhadores até aos 35 anos independentemente do seu grau de instrução.

ENTRADA NUMA NOVA FASE DE GOVERNAÇÃO

Apesar dos contratemplos, o governo vai começar a executar parcialmente a sua visão para o país e em 2025 muitos dos anúncios feitos nos últimos meses vão sair do papel e começar a ser efetivamente materializados.

Com a aprovação do seu primeiro Orçamento, o governo de Luís Montenegro entra numa nova fase. Por um lado, esta viabilização garante estabilidade, criando a expectativa de que haja eleições legislativas apenas depois da Primavera de 2026, a menos que seja apresentada uma moção de censura no primeiro semestre de 2025, o que – aos dias de hoje – parece improvável. Isto porque há eleições presidenciais em janeiro de 2026 e a Constituição impede o Presidente de dissolver a Assembleia da República no último semestre do seu mandato. Por outro lado, é expectável que aumente o escrutínio público e dos partidos da oposição sobre o governo e que as “tréguas” para garantir alguma estabilidade política tenham chegado ao fim.

A aprovação do Orçamento do Estado constitui certamente uma boa notícia. Face à complexidade da conjuntura geopolítica e económica europeia e mundial, que traz enormes incertezas para a vida das pessoas e das empresas, é fundamental que o OE2025 contribua para a estabilidade, a confiança nos mercados e o fortalecimento das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento sustentável do país. Quem discorda?



OS TEMAS QUE MARCARAM AS AUDIÇÕES NA ESPECIALIDADE



AUDIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS PAULO RANGEL

- **Contexto internacional:** o Ministro defendeu que este Orçamento foi pensado num contexto internacional muito complexo – da guerra na Europa, à crise humanitária no Médio Oriente, às mudanças geopolíticas no Sahel – que coloca exigências redobradas de representação externa.
- **Nações Unidas:** há €1,7 milhões destinados à candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não permanente, em 2027-2028. Foi também mencionada a disponibilidade de reforçar o apoio à UNWRA.
- **Transformação digital do MNE:** prevê-se uma dotação de €80,8 milhões para aquisições de bens e serviços nomeadamente nas áreas das comunicações, data centers e cibersegurança.
- **Promoção da língua e cultura portuguesa:** Instituto Camões terá, a partir de 2025, €50,4 milhões destinados à cooperação internacional e €39,3 milhões para a promoção da língua portuguesa.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

- **Cenário macroeconómico:** a economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2025 e apresentar um saldo orçamental positivo de 0,3% do PIB e uma taxa de inflação de 2,3%. A dívida pública deverá manter a trajetória de descida, recuando para os 93,3% do PIB no próximo ano.
- **Aumento das pensões:** pretende-se aumentar as pensões de acordo com a fórmula legal em vigor e admitiu-se um novo bónus extraordinário em 2025 se houver margem orçamental. O ministro defendeu que “ainda não é o momento de fazer os aumentos extraordinários [propostos pelo PS e pelo Chega],” porque isso implica um aumento permanente da despesa.
- **Descida do IRC:** uma das medidas emblemáticas deste Orçamento, que impediu o acordo com o PS, foi a descida do IRC. Na audição, o ministro disse que iria “acomodar nas contas de 2026 a decisão do Parlamento relativamente ao IRC”.
- **IRS Jovem:** outra das medidas mais polémicas deste Orçamento que acaba por manter o modelo já em vigor, mas alargando o prazo de vigência dos 5 para os 10 anos. Destacou-se que quando os jovens entrarem no mercado de trabalho podem usufruir de uma taxa de imposto mais baixa ao longo de 10 anos até completarem 35 anos de idade.
- **Atualização dos escalões de IRS acima da inflação:** Os escalões de IRS serão atualizados em 4,62%, ou seja, a um ritmo que corresponde ao dobro da inflação prevista para o próximo ano.
- **Reforma do processo orçamental e reforma das finanças públicas:** pretende-se fazer uma mudança profunda na forma como o Estado gere as suas finanças e faz a sua gestão financeira patrimonial administrativa, bem como a forma como o Ministério das Finanças trabalha e acompanha a execução orçamental. Para isso, será aprofundada a orçamentação por programas, será feito um exercício de revisão da despesa e fazendo uma revisão profunda da Lei de Enquadramento Orçamental.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA ANTÓNIO LEITÃO AMARO

- **Reforma da Administração Pública (AP):** o ministro lembrou as principais medidas da Reforma da AP aprovada no [Conselho de Ministros de 25 de junho](#):
 - O ministro anunciou que será feito um investimento transversal nas carreiras dos funcionários públicos, sobretudo nas carreiras especiais.
 - Foi recordado pelo ministro que está em curso uma aposta na valorização da capacidade de resposta dos serviços centrais do Estado.
 - O ministro destacou ainda que se pretende dar continuidade à transição física do governo e dos serviços centrais da Administração Pública para o Campus XXI, atualizando a orgânica e o modo de funcionamento dos serviços.

- **Cibersegurança:**
 - Foi lembrada a aprovação do novo Regime de Segurança no Ciberespaço, que transpõe a Diretiva NIS2 (em [consulta pública](#) até dia 12 de dezembro).
 - O ministro destacou o desenvolvimento da capacidade pública de defesa, prevenção e resposta a incidentes, com um reforço de 54% do Gabinete Nacional de Segurança, que inclui o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). O CNCS vai desenvolver centros de capacitação para entidades públicas e privadas.
- **Migrações:**
 - O ministro lembrou que o governo já tomou medidas para contrair a política de portas abertas indevida, terminando, por exemplo, com a manifestação de interesse. O fim desta medida reduziu os pedidos de autorização de residência em 80%.
 - Foi recordado o reforço previsto para a capacidade de resposta do Estado, através da AIMA (Agência para a Interação, Migrações e Asilo) e da Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes, esta com cerca de 300 funcionários públicos e mediadores culturais.
 - Para a rede consular, o ministro anunciou que estão a ser recrutados 50 novos profissionais especializados no tema dos vistos, para a promoção de fluxos migratórios ordenados e regulares.
 - O ministro anunciou que está previsto investimento controlo das fronteiras: criação de um novo sistema de controlo de fronteiras aéreas; melhoria dos centros de instalação temporária, nos casos de imigração irregular ou ilegal; e investimento na recuperação dos dois postos de controlo fronteiriço.



AUDIÇÃO DO MINISTRO ADJUNTO E DA COESÃO TERRITORIAL MANUEL CASTRO ALMEIDA

- **PRR:** objetivo é executar €7,8 mil milhões em 2025. Foi também anunciado que será aprovada em Conselho de Ministros a dispensa da revisão obrigatória dos projetos, uma medida para simplificar e agilizar a execução do PRR.
- **Portugal 2030:** metade da dotação já está a concurso. O governo quer executar 4,5 mil milhões de euros até ao fim de 2025.
- **Gestão territorial:** será em breve aprovada a lei dos instrumentos de gestão territorial, com o objetivo de alargar a capacidade das autarquias locais de disponibilizarem terrenos para construção de novas habitações a preços controlados, sem necessidade de revisão do PDM nem consultas às CCDR.
- **Revisão da Lei das Finanças Locais:** deverá estar pronta em 2025 e entrar em vigor no ano seguinte. O processo de revisão já teve início, em colaboração com a ANMP. A revisão da Lei das Finanças Locais pretende melhorar a resposta dos municípios face aos novos encargos assumidos no âmbito da descentralização.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES PEDRO DUARTE

- **Desporto:** prevê-se uma despesa total consolidada de €54,5 milhões de euros, um aumento de 8.35% em comparação com 2024. Nota que o valor inicialmente apresentado na versão entregue ao Parlamento era de 50,3 milhões, tendo sido posteriormente corrigido.
- **Lusa:** o Ministro lembrou que já foi apresentada uma proposta para adquirir os 4,1% que garante ao governo a totalidade do capital social da Agência Lusa. Em julho, o Estado comprou 45,71% da participação por €2,49 milhões, passando a deter 95,86%. Além disso, prevê-se que o financiamento da Lusa, em 2025, através de indemnização compensatória, seja de mais de €21,5 milhões, um aumento de cerca de €3,45 milhões.
- **RTP:** O ministro afirmou que aumentar o impacto da RTP na sociedade portuguesa é uma das prioridades, defendendo que o órgão precisa de paz social, de “lutar por menos militantismo e mais moderação” e que deve olhar para a modernidade e “não para o ultraconservadorismo”. Pedro Duarte garantiu que o governo trabalhará em conjunto com a RTP e que espera que os “profissionais da RP continuem imunes à partidarização”.

- **Plano de ação para a comunicação social:** foi lembrado o [plano](#) aprovado no Conselho de Ministros de 8 de outubro. Neste âmbito, destacou-se a relevância do #PortugalMediaLab, a Estrutura de Missão para a Comunicação Social que terá como objetivo: dar apoio técnico no domínio de políticas públicas de comunicação social; ser responsável pela execução e monitorização das medidas do plano de ação referido; e ser responsável pela elaboração e concretização do Plano Nacional para a Literacia Mediática.
- **CAV:** estima-se que a Contribuição para o Audiovisual (CAV) aumente para €196,3 milhões em 2025, mais 2,4% do que em 2024, fruto do aumento dos consumidores de eletricidade em Portugal.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NUNO MELO

- **Valorização da carreira militar:** o ministro elencou as medidas anunciadas no [Conselho de Ministros de 26 de julho](#), em que se aprovou um conjunto de medidas de valorização e dignificação da carreira militar, algumas das quais entram em vigor a 1 de janeiro de 2025.
- **NATO:** como já anunciado pelo primeiro-ministro, o ministro lembrou que Portugal pretende concretizar os compromissos assumidos perante a NATO, destinando 2% do PIB na defesa até 2029. Foi neste contexto que acusou o anterior governo de ter comunicado à NATO um valor incorreto do peso das despesas militares no PIB, afirmando que este se situava nos 1,34% e não nos 1,48%.
- **Investimento no setor:** o orçamento para a Defesa reflete os €479 milhões previstos na Lei de Programação Militar, para o reequipamento das Forças Armadas. O ministro referiu que as indústrias de defesa são uma das suas primeiras prioridades e que, em colaboração com o Ministério da Economia, o governo está atualmente a reunir com setor empresarial, a apelar a investidores nacionais e internacionais. Foi destacado o potencial em diversas áreas, nomeadamente das munições, aeronáutica, indústria aérea, a área da ciberdefesa e cibersegurança.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DA JUSTIÇA RITA ALARCÃO JÚDICE

- **Acelerar os tempos de decisão, com investimento em equipamentos e infraestruturas:**
 - A ministra recordou que estão a ser levados a cabo investimentos em tecnologia, em comunicações, em meios de obtenção de prova e em plataformas que cruzam informação entre os Tribunais e a Medicina Legal ou entre as prisões e o SNS.
 - Foi anunciado que em 2025 vai estar a funcionar em pleno a tramitação eletrónica da fase do inquérito nos processos-crime, que pode reduzir para metade o tempo de duração do inquérito.
- **Investimento em edificado:** a ministra utilizou uma parte substancial do seu discurso inicial para lembrar e listar o investimento previsto e em curso para o edificado, e que, em 2025, conta com €66 milhões e meio .
 - Em fase de adjudicação do projeto: a prisão de Ponta Delgada; o Palácio de Justiça de Braga; o Palácio de Justiça de Guimarães.
 - Em fase de adjudicação da empreitada: o Tribunal de Vila Franca de Xira (Futuro Palácio da Justiça de Lisboa Norte), o Palácio de Justiça de Sesimbra; o Centro de Estudos Judiciais em Vila do Conde.
 - Obras de remodelação ou ampliação em curso: no Palácio de Justiça de Penafiel; no Tribunal Judicial de Ribeira Grande /Instalações da Conservatória dos Registos (Açores); no Palácio da Justiça de Santa Cruz (Madeira); no Palácio de Justiça de Portalegre, a empreitada já foi adjudicada e deve começar muito em breve.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

MARGARIDA BLASCO

- **Prioridades:** criar as condições necessárias para Portugal ter uma polícia mais próxima, mais presente e mais moderna é uma das principais prioridades.
- **Equipamentos forças de segurança:** prevê-se investir €83.2 milhões em 2025 em equipamentos de proteção individual, veículos e tecnologias de informação e comunicação. Sobre este ponto, salientou-se a relevância extrema das bodycams e a Ministra referiu que “todas as possibilidades estão a ser analisadas para ultrapassar os impasses na contratação pública herdados”. Também o reforço da videovigilância foi referido como prioritário. Serão ainda investidos €44 milhões na melhoria das infraestruturas previstos no âmbito da lei de programação.
- **Controlo de fronteiras:** o Governo prevê investir €44 milhões num novo sistema de controlo das entradas e saídas. Está também prevista a criação de uma unidade nacional de estrangeiros e fronteiras.
- **Reforço de fiscalização:** a Ministra referiu que as ações de fiscalização no âmbito do combate à criminalidade violenta, ao tráfico de droga, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos bem como à fiscalização das atividades económicas - que envolvem a GNR, a PSP, PJ, ASAE, ACT, AT e AIMA – vão continuar no terreno ao longo de 2025.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

FERNANDO ALEXANDRE

- **Pré-Escolar:** está a ser preparado um acordo com instituições solidárias e privadas para permitir um aumento de salas nesta área.
- **Plano de recuperação do parque escolar:** em articulação com as autarquias, deverá ser elaborado um plano para a requalificação faseada de 500 escolas que estão em mau estado de conservação. O Ministro salientou que o plano ainda não está a ser feito.
- **Autonomia das escolas:** será estudado o processo de descentralização de competências na área da educação, em conjunto com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
- **Ciência:** reforço do investimento na Ciência, com mais de €26 milhões. No entanto, orçamento da FCT tem menos €68 milhões. O Ministro anunciou que o governo pretende repensar o modelo de financiamento do sistema científico e tecnológico.
- **Modernização das escolas:** pretende-se dotar as escolas com equipamentos tecnológicos, melhorar a conectividade e aumentar recursos digitais. O impacto orçamental desta medida será de €488,8 milhões: €214 milhões para a melhoria da conectividade e capitação da gestão escolar; €188 milhões para os centros tecnológicos e especializados, €78,8 milhões para recursos educativos digitais e €7,2 milhões para as provas e exames nacionais.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DA SAÚDE

ANA PAULA MARTINS

- **Emergência Médica:**
 - Foi o principal tema que marcou a audição da ministra. A reorganização dos serviços de urgência e emergência é considerada como “a maior prioridade” depois das mortes ocorridas por falhas no INEM.
 - A Ministra salientou que é necessária uma reflexão sobre o papel do INEM (“regulador, prestador [de serviços], formador ou financiador”) e sobre a necessária transição digital na saúde.
- Referiu também que os Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (TEPH) poderão evoluir para um corpo de profissionais mais diferenciado, como os paramédicos.
- Foi também assumida a necessidade de rever o estatuto do INEM, para poder avançar com a sua refundação.

- Foi também assumida a necessidade de rever o estatuto do INEM, para poder avançar com a sua refundação.
- **Digitalização e Modernização:** foi anunciado a criação de uma Agência Nacional Digital, bem como a remodelação do Sistema Nacional de Tecnologias em Saúde do INFARMED. A concretização do Registo de Saúde Único Eletrónico também está no caderno de prioridades desta área governativa.
- **Investimentos no SNS:** a Ministra salientou que o maior investimento do OE é nos profissionais de saúde e destacou que, à semelhança do que foi feito com os enfermeiros, um dos seus principais objetivos é fechar acordos com médicos, TEPH e administradores hospitalares.
- **Médicos de família:** até ao final de 2025 espera-se que pelo menos 200 mil pessoas da região de Lisboa tenham acesso a médico de família.
- **Nota:** seis dias depois da audição da Ministra, o Ministério da Saúde informou que o SNS vai ter um saldo negativo de €217 milhões em 2025, depois de ter sido noticiado que o Governo refez as contas e corrigiu a estimativa inicialmente apresentada que apontava para um saldo positivo de €1,2 milhões em 2025.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO MIGUEL PINTO LUZ

- **TAP:** o processo de reprivatização da companhia aérea portuguesa avança em 2025, mantendo a marca TAP e Lisboa continuará a ser o centro operacional e a sede da empresa. As ligações aéreas nacionais e as ligações para a diáspora portuguesa não serão reduzidas nem prejudicadas.
- **Novo aeroporto de Alcochete:** o ministro reforçou que o novo aeroporto será construído em Alcochete e reafirmou que não terá custos para os contribuintes.
- **Habitação:** O OE2025 consagra €2,3 mil milhões para a habitação, considerado um dos mais prementes problemas da sociedade portuguesa, num momento que abundam alojamentos desocupados. O processo de construção de 59 mil casas financiadas pelo PRR até 2030 já está em marcha, assim como a alteração da lei dos solos que foi aprovada do **Conselho de Ministros de 28 de novembro**.
- **Manutenção de rendas até 1990:** reafirmou-se que o governo não vai descongelar as rendas até 1990 (cerca de 125 mil contratos) e vai compensar os senhorios por esse congelamento. Para receberem o apoio do IRHU, os senhorios devem pedir um comprovativo à Autoridade Tributária. Mas o governo pretende simplificar este processo, dispensando o pedido de comprovativo.
- **Construir Portugal:** foram lembradas as medidas da **nova estratégia para a Habitação**, apresentada a 10 de maio.
- **Portagens:** o ministro reafirmou a sua discordância com a isenção de portagens nas antigas Scut, impostas por uma proposta socialista apoiada pelo Chega este verão, e que irá entrar em vigor em 2025.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DA ECONOMIA PEDRO REIS

- **Programa "Acelerar a Economia":** desde o lançamento do **programa**, aprovado no Conselho de Ministros de 4 de julho, avançaram 11 das 60 medidas anunciadas. O ministro elencou as medidas anunciadas no Verão tendo, aliás, referido que está a ser preparado; um programa de requalificação para as PME's em áreas relevantes; medidas para apoiar a contratação de doutorados para as empresas, e a preparação da implementação do IFICI.
- **Regime de auxílios estatais:** com o objetivo de impulsionar investimentos em setores estratégicos para a descarbonização da economia portuguesa, o ministro salientou que o governo conseguiu aprovar junto da Comissão Europeia um regime de auxílios estatais no valor de €1000 milhões.
- **Turismo:** foi salientado que as prioridades do governo passam pelo reforço da competitividade e da sustentabilidade do modelo turístico nacional, diversificação da oferta e valorização dos profissionais e que, nesse contexto, está a ser elaborada uma estratégia para a próxima década.
- **Fundos europeus:** foi abordada a possibilidade de fazer alterações com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema de incentivos. O objetivo de privilegiar os avisos em contínuo, "para que as empresas não planeiem os investimentos ao ritmo dos avisos, mas que os avisos permitam responder às necessidades das empresas" foi também referido.
- **Portugal Ventures:** a venda das participações na capital de risco público não está descartada e está em curso uma reflexão no Ministério da Economia com o Banco de Fomento, sobre o futuro da Portugal Ventures.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO

- **Aumento das pensões:** a ministra recusou um aumento permanente das pensões além do que resulta da fórmula legal (embora a medida tenha sido aprovada à revelia do governo) e lembrou a aprovação de várias medidas destinadas aos pensionistas, como o aumento do complemento solidário para idosos (CSI) e a comparticipação de medicamentos de idosos abrangidos pelo CSI, aprovadas no **Conselho de Ministros de 9 de maio**.
- **Atualização do indexante dos apoios sociais (IAS):** a ministra anunciou que o IAS deverá subir 3,1%. Este indexante serve de base para a atualização das pensões mais baixas e de várias prestações sociais (como subsídio por doença, desemprego, rendimento social de inserção e abono de família). Este valor pode, no entanto, estar sobrestimado, uma vez que a fórmula legal que contempla a inflação (exceto habitação) registada a 30 de novembro ainda não é conhecida. O ministro das Finanças veio depois esclarecer que a atualização será a que resulta da lei.
- **Programa 'Creche Feliz':** a ministra lembrou que vai ser assegurada a gratuitidade das creches na transição das crianças para o ensino pré-escolar.
- **Licenças de parentalidade:** o alargamento da licença parental inicial paga a 100% de quatro para seis meses chegou ao parlamento por iniciativa de um grupo de cidadãos. Em setembro passado, a medida foi aprovada na generalidade por todos os partidos exceto PSD e CDS. Na audição, referiu que o Governo estima que custe 400 milhões de euros.



AUDIÇÃO DA MINISTRO DO AMBIENTE E ENERGIA MARIA DA GRAÇA CARVALHO

- **Proteção da biodiversidade:** o trabalho de criação de áreas marinhas protegidas (AMP) vai continuar para atingir os 30% de área protegida até 2030. A ministra referiu que está em curso a criação de uma nova AMP na região de Cascais, Sintra e Mafra.
- **Zonas especiais de conservação:** a ministra anunciou que Portugal arrisca-se a pagar uma multa de €100 milhões por um atraso de 32 anos na elaboração de regulamentos para as Zonas Especiais de Conservação, criadas ao abrigo da Diretiva Habitats. Referiu também que o Ministério já tem avançados 38 diplomas para fazer aprovar em Conselho de Ministros até ao final do ano, num esforço para evitar o pagamento da multa.
- **Agência para o Clima:** a nova agência - anunciada no âmbito do plano "Descarbonizar para Crescer" que foi aprovada no **Conselho de Ministros de 4 de outubro** - entrará em funcionamento em 2025.
- **Eficiência energética:** o programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis não vai ter continuidade. Foi anunciado que será substituído por dois programas: o E-lar, um programa de apoio à compra de eletrodomésticos mais eficientes, e o programa Áreas Urbanas Sustentáveis, que visa a promoção da eficiência energética ao nível das comunidades vulneráveis, como os bairros sociais ou bairros históricos. Cada programa terá cerca de €50 milhões para 2025.
- **Eletricidade:** a ministra lembrou que o modelo de financiamento da tarifa social da eletricidade vai ser alterado e passar a incluir financiamento público.
- **Resíduos:** foi referido que está a ser preparado um novo plano de atuação para a gestão de resíduos, a ser publicado em breve. Uma das prioridades do plano será reduzir a atual dependência dos aterros, promovendo soluções alternativas como a reciclagem, reutilização e aproveitamento energético dos resíduos.
- **Ruído:** está a ser elaborado um novo Plano Nacional de Ruído, com o objetivo de criar zonas de silêncio e reduzir a poluição sonora em áreas urbanas e rurais.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DA JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO MARGARIDA BALSEIRO LOPES

- **Juventude:**
 - **IRS Jovem:** a ministra lembrou o alargamento do IRS Jovem dos atuais 5 para 10 anos, abrangendo todos os trabalhadores até aos 35 anos, independentemente do seu grau de escolarização.
 - **Habitação:** referiu as medidas já anunciadas no âmbito do plano **“Tens futuro em Portugal”**, aprovado a 23 de maio. Neste âmbito, anunciou que até ao final de 2024 vai estar em pleno funcionamento a garantia pública para o crédito à habitação, contando já com a adesão de 17 instituições de crédito.
 - **Alojamento estudantil:** a ministra salientou a concretização do Plano de emergência para o alojamento estudantil: 700 camas em parceria com a Movijovem e o Inatel e uma linha de financiamento de 5.5 milhões de euros para instituições de ensino superior, anunciando que estas já contrataram 622 camas e têm 230 em contratação. E lembrou também a relevância do complemento de 50% no apoio ao alojamento de estudantes que se encontrem ligeiramente acima do limiar de elegibilidade e alteração do regime de atribuição de bolsas em benefício dos trabalhadores-estudantes.
 - **Saúde física e mental dos estudantes:** a ministra destacou as medidas em curso, como o reforço do Programa Cuida-te em €2 milhões para a contratação de mais profissionais de saúde, permitindo que os estudantes do ensino superior possam aceder a 100 mil consultas de psicologia e 50 mil consultas de nutrição. A governante anunciou que 6500 jovens já solicitaram uma consulta.
- **Modernização:**
 - A ministra destacou o arranque da reforma dos serviços públicos, com a aprovação de uma estratégia de atendimento omnicanal centrada nas pessoas e nas empresas.
 - A ministra recordou a apresentação da marca única de atendimento - Gov.pt que vai incluir num só portal todos os serviços digitais públicos, simplificando a interação dos cidadãos e das empresas com a administração pública, promovendo a interoperabilidade. Haverá ainda uma versão do Gov.pt em app móvel. Esta foi uma medida anunciada pelo anterior Governo.
 - Foi lembrado o trabalho em curso, no âmbito do PRR, para a expansão da rede de Lojas e Espaços Cidadão, para garantir a coesão territorial do acesso a serviços públicos.
 - A ministra anunciou que a Estratégia Digital Nacional vai incluir uma Agenda para a Inteligência Artificial e será aprovada ainda em 2024, no âmbito de um Conselho de Ministros para a Transição Digital. Esta Estratégia está alinhada com a década digital da Comissão Europeia está em **consulta pública até 5 de dezembro**.
- **Igualdade:**
 - A ministra anunciou o reforço do investimento na prevenção e combate à violência doméstica. Estão previstos 26 milhões de euros.
 - A ministra anunciou a apresentação do V Plano de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que está em **consulta pública até dia 4 de dezembro**. Este plano incluirá ações como a formação e capacitação de profissionais, o reforço de mecanismos para proteção das vítimas e a garantia de acesso integral à justiça.



AUDIÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA JOSÉ MANUEL FERNANDES

- **Prioridades:** assegurar pagamentos “a tempo e horas”, a promoção da renovação geracional dos agricultores e pescadores foram alguns dos principais objetivos destacados pelo Ministro. A promoção dos produtos portugueses – nomeadamente o vinho –, a criação de instrumentos financeiros (taxas de juro bonificadas, especialmente para os jovens, foram outras prioridades referidas.
- **Poder de direção em relação aos serviços regionais:** tal como tinha sido aprovado no **Conselho de Ministros de 29 de outubro**, foi referido que o funcionamento das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) será alterado, passando estes organismos a ter um vice-presidente nomeado pelo Ministério da Agricultura.
- **Impacto das alterações climáticas:** o Ministro defendeu a criação da garantia europeia de seguros nacionais, em linha com o Conselho Europeu “AGRIFISH”, para poder dar resposta a situações de catástrofes provocadas pelas alterações climáticas. Água: será apresentado em janeiro a estratégia “Água que une”, **anunciada a 18 de junho**, que tem como objetivo a definição de investimentos para o armazenamento da água, bem como a construção de uma rede interligada de água para uma distribuição eficiente.
- **Pescas:** foi destacado que o programa Mar 2030 tem mais de 1.700 projetos aprovados, com apoios de €189 milhões para investimento nos portos de pesca, na modernização das frotas, na aquicultura e em inovação para as pequenas e médias empresas.



AUDIÇÃO DA MINISTRA DA CULTURA DALILA RODRIGUES

- **25 medidas para 2025:** tal como anunciado no Conselho de Ministros de 9 de outubro, foram lembradas as **25 medidas do governo** para impulsionar a criação artística, preservação e valorização do património.
- **Criação de unidades patrimoniais territoriais:** face à extinção das Direções Regionais de Cultura levada a cabo pelo executivo anterior, a ministra defendeu a articulação com as CCDR e com as autarquias e a criação de “unidades patrimoniais territoriais”, instaladas nas estruturas tuteladas pelo Ministério da Cultura.
- **Entrada gratuita em museus privados:** a possibilidade de extensão do modelo de entrada gratuita a museus privados, não dependentes do Ministério da Cultura, foi referida, tendo a Ministra afirmado que já recebeu “manifestação de interesse de alguns museus privados”.
- **IVA nas touradas:** a ministra referiu que se a tourada for reconhecida como um espetáculo cultural então deverá ser isenta de IVA.
- **Lei do Mecenato:** prevê-se um aumento significativo dos benefícios fiscais, a simplificação administrativa e desburocratização e a criação de uma plataforma e de um serviço especializado integrado no Gabinete de Estudos e Planeamento das Atividades Culturais. Estas medidas – cujas linhas orientadoras já estão aprovadas – serão submetidas a um processo de auscultação ao sector.



AS PRINCIPAIS MEDIDAS APROVADAS DA LEI DO OE2025



RENDIMENTOS

Por iniciativa do Governo:

- Alargamento do IRS Jovem, eliminando o critério de escolaridade e fixando a idade máxima nos 35 anos. Medida terá um prazo de benefício até 10 anos.
- Atualização dos escalões de IRS em 4,6% (acima da taxa de inflação).
- Redução em 50% da taxa de retenção autónoma de IRS sobre o trabalho suplementar.
- Prémios de desempenho com isenção de IRS e de Taxa Social Única (TSU).
- Aumento do mínimo de existência para 12.180 euros anuais (que continua isento de IRS).

Por iniciativa dos partidos:

Propostas do PSD/CDS:

- Suplemento extraordinário de pensões dependente da evolução da execução orçamental.
- Fim do corte de 5% nos salários dos políticos.

Proposta do PS:

- Aumento das pensões de 1,25 pontos percentuais até três indexantes dos apoios sociais (IAS, que abrange pensões até cerca de 1.500 euros), além do aumento que resulta da fórmula legal.

Proposta do PAN:

- Alargamento do prémio salarial de valorização das qualificações (devolução de propinas) aos jovens estudantes incluídos no IRS dos pais.



FISCALIDADE DAS EMPRESAS

Por iniciativa do Governo:

- Redução da taxa geral de IRC para de 21% para 20% em 2025. É igualmente reduzida para 16% a taxa de IRC aplicável aos primeiros €50.000 de matéria coletável para PMEs.
- Para efeitos de tributação autónoma, os limites dos custos de aquisição de viaturas são aumentados em €10.000, e não haverá tributação autónoma sobre os encargos suportados com oferta de espetáculos.
- Contribuições extraordinárias sobre setores da banca, energia e indústria farmacêutica e indústria de dispositivos médicos são mantidas.
- Incentivos fiscais para aumentos salariais superiores a 4,7%: os encargos com aumentos salariais serão considerados a 200% para o benefício em IRC (em vez de 150% em vigor).
- Incentivo à recapitalização das empresas - dedução parcial de IRS às mais valias e dividendos.
- Alargamento da isenção do subsídio de refeição pago em cartão.
- Majoração de 20% em sede de IRC para seguros de saúde dos trabalhadores e seus agregados.

Por iniciativa dos partidos:

Proposta do PSD/CDS:

- Redução do IVA dos bilhetes para as touradas para a taxa mínima de 6%.

Proposta do PS:

- Prolongamento dos benefícios fiscais na Zona Franca da Madeira para empresas inscritas até final de 2026, o limite permitido pela União Europeia. Estas empresas poderão beneficiar da tributação de 5% em IRC até 2028.

Proposta da IL:

- Redução do IVA da alimentação infantil para a taxa mínima de 6%.



Por iniciativa do Governo:

- Contribuição extraordinária sobre o setor energético mantém-se.
- As taxas do Imposto sobre veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC) mantém-se.
- Alargamento da taxa intermédia do ISV nos usados importados provenientes de países da União Europeia.
- Descongelamento da taxa de carbono, agravando o preço final da gasolina, do gasóleo e de outros produtos petrolíferos.
- Fim da isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) sobre os biocombustíveis.

Por iniciativa dos partidos:

Proposta da PSD/CDS:

- Elaboração de um relatório do estado das águas subterrâneas em Portugal, sistematizando a informação referente aos vários sistemas de aquífero.

Propostas do PAN:

- Criação do regime jurídico especial para a constituição de “hope spots” (ou pontos de esperança), locais cientificamente identificados como críticos para a saúde do oceano.
- Criação de incentivos, pelo Governo em conjunto com municípios e entidades gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, para introduzir instrumentos inteligentes de monitorização da utilização de água, em linha com o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030.

Proposta do Livre:

- Assegura o financiamento para a criação do programa “Do sol ao sal”, uma fileira de produção de energia renovável e na criação de baterias sustentáveis.



Por iniciativa do Governo:

- Continuação dos programas de investimento, requalificação e modernização da Rede Ferroviária Nacional.
- Contratação de trabalhadores aposentados para o setor ferroviário, mantendo a respetiva pensão de aposentação, acrescida de até 75 % da remuneração correspondente.
- Desenvolvimento dos projetos de alta velocidade Porto-Lisboa e Lisboa-Madrid.
- Prossecução dos investimentos de expansão da rede do Metro de Lisboa e do Porto.
- Renovação da frota da Transtejo, financiada por verbas do Fundo Ambiental.

Propostas do PSD/CDS:

- Diligências para lançamento concurso público internacional para assegurar transporte marítimo regular entre a Madeira e o continente.
- Abertura de delegação da AICEP em território de baixa densidade populacional.

Proposta do PS:

- Continuidade dos investimentos previstos na rede rodoviária, nomeadamente no âmbito do PNI 2023 e do PRR: garantir o cumprimento dos compromissos previstos no OE2024 relativamente às ligações do Eco Parque do Reivão, em Santarém, à ligação do município de São Brás de Alportel à A22 – Via do Infante e à requalificação do IC8 entre Pombal e Proença-a-Nova.

Propostas do BE:

- Estudo para a criação de uma linha ferroviária entre Guimarães e Braga.
- Início das ações necessárias para a conclusão dos troços em falta do IC3 e para a construção de uma nova travessia do rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã.

Propostas do PCP:

- Apoio à CP para retomar a parceria com a RENFE para as ligações internacionais noturnas a Madrid e Hendaia e estudar a possibilidade de lançar um serviço noturno a Barcelona.
- Requalificação do IC1 entre Palma e Alcácer do Sal.
- Construção do troço do IC3, ligando a A13 no concelho de Almeirim, à A23 em Vila Nova da Barquinha.
- Requalificação do IC8.
- Reposição da ligação ferroviária a Bragança.
- Reabertura da Linha de Leixões, com ligações entre Leixões e Campanhã, por Ermesinde.
- Ligação ferroviária Sines-Caia: construção de estações de passageiros e cais de mercadorias em Vendas Novas, Évora e Alandroal.

Proposta do Livre:

- Retoma dos comboios noturnos internacionais Portugal – Espanha.

Proposta do PAN:

- Criação de uma via rápida destinada a transportes coletivos na A5.

**HABITAÇÃO****Por iniciativa do Governo:**

- Investimento para reabilitação do parque habitacional do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e para a promoção do parque público de habitação a custos acessíveis (autorização para contrair empréstimos com aval do Estado, até ao limite de €1,4 mil milhões).

Por iniciativa dos partidos:**Proposta do PSD/CDS:**

- Construção de residências universitárias, para alojamento a preços acessíveis para estudantes, através de contratos de parceria público-privada.

Proposta do PAN:

- Aumenta o complemento de alojamento atribuído aos estudantes deslocados no ensino superior.

**SAÚDE****Por iniciativa do Governo:**

- Contribuições extraordinárias sobre a indústria farmacêutica e indústria de dispositivos médicos são mantidas.
- Construção de novas unidades de saúde: novo Hospital de Todos os Santos em Lisboa, novo Hospital de Barcelos, novo Hospital do Oeste, novo Hospital Central do Algarve, ampliação para novas valências no Hospital de S. Teotónio, em Viseu, e a ampliação e requalificação profundas do Hospital Joaquim Fernandes, em Beja.
- Construção de 20 novas unidades de saúde, garantindo a acessibilidade, a qualidade, o conforto e a segurança aos utentes e aos profissionais de saúde e adaptando os edifícios aos novos modelos de cuidados de saúde.
- Transferência de verbas da ACSS, I. P., para os SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., até ao limite de €50 817 188,00, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Por iniciativa dos partidos:**Proposta do PSD/CDS:**

- Participação do Estado na construção, fiscalização da empreitada e aquisição de equipamento médico e hospitalar do futuro Hospital Central e Universitário da Madeira através do apoio financeiro correspondente a 50 % do valor do respetivo custo.

Proposta do PS:

- Implementação de projetos de promoção da literacia, prevenção e formação em saúde, mobilizando para o efeito os recursos necessários junto das Unidades Locais de Saúde (ULS).

Propostas do Chega:

- Requalificação de infraestruturas de saúde integradas na Unidade Local de Saúde do Alto Minho.
- Atribuição de Médico de Família a todos os utentes do SNS. Numa fase de transição, até atingir a meta da cobertura universal, garantir o acesso a um médico assistente a todos os utentes sem Médico de Família, recorrendo, sempre que necessário, aos setores privado e social.
- Revisão da carreira especial de técnico de emergência pré-hospitalar no primeiro trimestre de 2025.
- Implementação urgente de um programa de alargamento e melhoramento da rede de cuidados paliativos.

Propostas do BE:

- É lançado em 2025 o concurso para a construção do novo Hospital do Seixal.
- O governo assegura o apoio financeiro correspondente a 50% do valor de construção, fiscalização da empreitada e aquisição de equipamento médico e hospitalar do futuro Hospital Central e Universitário da Madeira, aprovado como projeto de interesse comum.

Propostas do PCP:

- Ampliação e modernização do Hospital distrital Dr. José Maria Grande em Portalegre.
- Ampliação do Hospital José Joaquim Fernandes em Beja.

Propostas do Livre:

- Elaboração de um novo Plano Nacional para Prevenção do Suicídio, com a inclusão de “porteiros sociais”.
- Realização de um estudo nacional sobre a saúde mental dos profissionais de saúde em Portugal.
- No primeiro semestre de 2025 o governo lança o concurso para a empreitada de construção do Hospital do Seixal.
- Governo procede, até final de 2025, ao levantamento exaustivo e à inventariação das infraestruturas do SNS que necessitem de uma reabilitação urgente, elaborando relatório com um plano detalhado e realista para a renovação do património que dela necessite, para apresentar à Assembleia da República.

Propostas do PAN:

- Até ao final do ano de 2025, são abertos concursos, por despacho do membro do governo responsável pela área da saúde, para a contratação de pelo menos 400 técnicos de emergência pré-hospitalar para o INEM.
- Realização de estudo sobre a viabilidade de criação de um curso de formação específica para o exercício da profissão de técnico de emergência pré-hospitalar.

**DEFESA****Por iniciativa do Governo:**

- Transferência de uma verba, até ao limite de 10% da verba disponível em 2024, por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, destinada à cobertura de encargos, designadamente com a preparação, operações e treino de forças.
- No âmbito da Lei de Programação Militar, está prevista uma dotação de €479 milhões para a construção de dois navios de patrulha marítima, dois navios de reabastecimento, aquisições de reserva de guerra, viaturas táticas e meios de asa rotativa, bem como os montantes atribuídos aos contratos de apoio a helicópteros e ao programa de aquisição de aviões militares de transporte estratégico.

Por iniciativa dos partidos:**Propostas do PSD/CDS:**

- Transferência até €190 milhões para o Ministério da Defesa Nacional destinada ao cumprimento do previso no regime jurídico do património imobiliário público.

**EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA****Por iniciativa do Governo:**

- Alocação de €5,85 mil milhões para a valorização das carreiras, recuperação do tempo de serviço dos professores e contratação de pessoal docente.
- O governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais necessárias para assegurar a realização das transferências para as autarquias locais no âmbito do Programa Escolas.

Por iniciativa dos partidos:**Proposta do PS:**

- Concretização do programa de recuperação e reabilitação das escolas, remetendo para a Resolução do Conselho de Ministros que estabelece os compromissos em matéria de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas.

Proposta do Chega:

- O Governo compromete-se com o desenvolvimento tecnológico das indústrias portuguesas, promovendo a investigação e desenvolvimento (I&D) como motor do crescimento económico.

Proposta do PCP:

- Integração na carreira de investigação científica dos técnicos superiores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Proposta do Livre:

- Conversão de património do Estado em residências universitárias.

**MIGRAÇÕES, CIDADANIA E IGUALDADE****Por iniciativa do Governo:**

- O Governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais necessárias para assegurar as despesas inerentes à melhoria dos dados oficiais sobre violência contra as mulheres e violência doméstica.
- Transferências de verbas, entre programas orçamentais, destinada a garantir o normal funcionamento das estruturas, resposta e serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

Por iniciativa dos partidos:**Proposta do Chega:**

- Até ao fim do primeiro trimestre de 2025, o Governo aprova um Plano de Formação em Prevenção de Violência Doméstica, destinado à formação continuada das forças de segurança e intervenientes do foro judicial nesta área.

Propostas do PCP:

- Reforço de verbas para a proteção às vítimas de violência doméstica e programas dirigidos a agressores.
- Alargar o Programa Porta 65+ a vítimas de violência doméstica que precisem de sair de casa.

Propostas do PAN:

- Elaboração de um guia de proteção contra o assédio que indique às vítimas os seus direitos e os mecanismos de apoio disponíveis.
- Assegurar o financiamento de protocolos celebrados pelo ISS, I. P., para a concretização de projetos de respostas de suporte habitacional a pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente de “housing first”.



CONTACTOS JLM&A

headoffice@jlma.pt

+351 213 845 720

Rua Joshua Benoliel, 6
Edif. Alto das Amoreiras, 4º A, 1250-133, Lisboa